

BOLETIM

DA

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

ARCHITECTURA CIVIL
E
CONSTRUÇÕES

N.º 8

ARCHEOLOGIA HISTORICA
E
PREHISTORICA

SUMMARIO D'ESTE NUMERO

A ourivesaria portugueza nos seculos XV e XVI, pelo sr. JOAQUIM DE VASCONCELLOS	Pag. 113
Sessão solenne da Real Associação dos architectos civis e archeologos portuguezes em 22 de novembro de 1884 — Relatorio apresentado pelo sr. presidente — Elogio historico dos tres architectos portuguezes edificadores do convento do Carmo, pelo sr. AUGUSTO EUGENIO DE FREITAS CAVALLEIRO E SOUSA	118
SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA :	
Museu de archeologia do Carmo	123
Dolmens recentemente descobertos em Portugal — (Descripção da estampa n.º 44), pelo sr. J. DA SILVA	124
CHRONICA DA NOSSA ASSOCIAÇÃO	122
NECROLOGIA	126

A OURIVESARIA PORTUGUEZA

NOS

SEculos XV E XVI

ENSAIO HISTORICO

I

Sobre as condições do Commercio do ouro e prata
nos seculos XV e XVI

As disposições das côrtes relativas ao commercio do ouro e prata são summamente interessantes, porque denunciam uma serie de phenomenos de primeira ordem; por ellas se conhece claramente o augmento da circulação, o progresso rapido do fabrico de metaes preciosos, seja ou em moeda, ou em obras d'arte — o movimento do commercio interno e externo, em summa, a prosperidade do paiz.

Nas côrtes que El-Rei D. Fernando convocou em Lisboa e Porto em 1409, E. de C., e cujos artigos foram respondidos a 8 de Agosto, ainda El-Rei foi instado pelos povos para se reservar, a si, o privilegio da venda ou compra do ouro no reino¹. Poucos annos depois, nas côrtes de Braga, em 1425

(E. de C., respondido a 8 de Dezembro), pediam os povos a D. João I que fosse dada licença aos ourivezes para poderem lavar a prata, que lhes fosse dada para esse fim, mas que não a podessem lavar nem comprar, com o fim de a venderem¹. Este pedido, repetido em 1433, E. de C., denuncia² o movimento crescente das officinas dos ourivezes e intenta prevenir um abuso, que deu depois origem a graves queixas dos povos. Ainda não haviam passado cinco annos, desde o ultimo pedido, e já os povos diziam nos *Capitulos geraes*, offerecidos nas côrtes de Coimbra em 1438, E. de C. (respondidos em 1 de Julho), «que passado o tempo do arrendamento³ das moedas cada um podesse lavar, comprar e vender prata»⁴, de sorte que, em pouco menos de trinta annos (1400-1438) se passava a instancia dos povos, do privilegio, do exclusivo, á ideia da completa liberdade, no trato dos metaes precio-

¹ Santarem, vol. II, p. 17.

² Idem, vol. II, p. 12.

³ Este uso data do começo da monarchia; em 1495 (côrtes de Evora) reclamavam os povos a D. Affonso V contra o arrendamento da moeda, porque os rendeiros não a fabricavam conforme a Ordenança. El-Rei prometteu fazê-la cumprir. (Aragão, vol. I, p. 58; o arrendamento ainda subsistia no começo do sec. XVIII (1719 — Aragón, p. 64.)

⁴ Santarem, vol. II, p. 24. Aragón cita (pag. 372 — 373) uma ordem de D. Affonso V, datada de 30 de Agosto de 1448 sobre se poder comprar e vender prata; seu avô restringia em 1432 (1414) a venda do ouro e prata aos caibos de Lisboa e Porto. (Aragão, vol. I, p. 389.)

¹ Fragmento de um trabalho de maior vulto, que está no prelo.

² Santarem, vol. II, p. 11. Este capitulo falta em Aragón, vol. I, p. 347-348.

sos. Em 1465, porém, já o abuso que se fazia na venda da prata obrigava os povos a pedir novas restrições: que se não vendesse nas feiras¹. Os autores d'estas vendas, os ourivezes, fundiam depois a moeda para uso do officio, o que devia ser prohibido, porque levantavam o preço do metal; d'ahi a carestia de todos os generos.² Além d'isso queixavam-se os povos da exportação do ouro e da prata pelos estrangeiros que negociavam no reino³, contra as antigas disposições da *Ordenação*⁴. Outra grande quantidade ia para Roma, onde os prelados e desembargadores do reino gastavam suas rendas, além do metal que se passava pelas capellas, vacaturas, mudanças de prelazias, beneficios, etc. (1473). Os povos pediam a volta dos prelados e que cessassem os peditorios á curia: ⁵ «que a maior parte da moeda que em cõrte de roma e per ytallia corre asi he cruzados e moeda de vosos regnos.»

A liberdade do commercio do ouro e prata, isto é: a compra e venda no reino, outorgada no anno de 1448 por D. Affonso v parece que foi mal aproveitada, por quanto em 1472 apparecia uma ordenação⁶ do mesmo monarcha em que, considerando a raridade dos metaes preciosos («das quaes cousas nossos reinos são ora bem fallecidos»), estabelece para o trato do ouro e da prata as seguintes condições bem curiosas:

1.º Mandar lavrar moeda de prata sem liga de cobre (o ouro já a não tinha) para acabar com a desconfiança dos povos contra a moeda ligada, e evitar o alçamento dos preços.

2.º Promover a importação do ouro e prata estrangeira; para isso levantavam-se as dizimas e todos os outros tributos que oneravam o metal importado. O importador era obrigado a mandar cunhar dous terços na casa da moeda (ficando o ultimo terço á sua livre disposição), no praso de seis mezes depois do manifesto.

3.º Dar licença para todos poderem mandar cunhar livremente a prata que tivessem, só pelo custo do lavramento.

As disposições sobre a cunhagem são uma prova do movimento do commercio pelo augmento da cir-

culação, como as reclamações repetidas dos povos contra a lavra, de conta propria, pelos ourivezes, contra a fundição da moeda, contra o abuso dos *feitios* prova o rapido desenvolvimento da ourivesaria. Mesmo na casa da moeda era excessivo o preço do feitio¹ que ali se levava, apezar do Regimento² (Cap. de 1498). Mais tarde, em 1581, o cáos chegou a ponto de haver um preço official na casa da moeda para o ouro e prata, e fóra da casa outro; os povos pediam então que todo o ouro e prata que entrasse no reino e dominios da Hespanha podesse ser lavrado em moeda com o cunho de Portugal. A prata e o ouro não paravam na península.

Entre os outros metaes figura principalmente o cobre, que occupa o primeiro lugar, logo depois da prata; em seguida o estanho, o chumbo e o ferro. Um documento³ de cerca de 1440 marca os seguintes preços para os metaes, e determina a relação ao marco de prata, segundo a autoridade de João Affonso, vedor, e Johanne Annes, armeiro:

O Marco de ouro fino 8:350, tirando o dizimo 7:430 reaes⁴.

O Marco de prata britada da lei de 11 dinheiros, 770 reaes⁵.

O Quintal de estanho, em pasta, novo, 1:700 r. (o velho 960 r.)⁶.

O Quintal de cobre da Berberia 1:410 r.

O Quintal de chumbo em pasta 360 r. (em folha 480 r.)

O Quintal de aço 450 r.

O Quintal de ferro 160 r.

Se considerarmos a relação ao marco de prata, a ordem supra fica alterada:

O Quintal de cobre — 1 marco de prata a 770 r.

O Quintal de estanho — idem.

O Quintal de chumbo — 1/2 marco.

O Quintal de aço — tres dobras (a dobra a 130 ou 140 r.)

¹ Capítulos de côrtes na Guarda, a 25 de Agosto. Santarem, vol. II, p. 31.

² Documento n.º 4. No fim d'este trabalho.

³ Capit. mixtos. Santarem, vol. II, p. 40. Anno de 1473.

⁴ Um documento de 1385 (1347), assignado por D. Affonso IV, já a prohibe. Aragão, vol. I, p. 346. Outra disposição correlativa é a que prohibe a compra de mercadorias a ouro e prata (ordem de D. Duarte de 1436). Aragão, vol. I, p. 374. A compra e venda devia fazer-se segundo o systema dos *aleallamentos*. (V. o respectivo capitulo das côrtes d'Evora (1481-1482) em Santarem, vol. II, e Doc. p. 217, 261, etc.)

⁵ Resposta d'El-Rei com evasivas, nas côrtes d'Evora 1481-1482. Santarem, Doc., vol. II, p. 237-239.

⁶ *Livro vermelho*. Ined. da Acad., vol. III, p. 444. Transcripto integralmente no documento n.º 2. Outra ordem semelhante de D. Duarte em J. P. Ribeiro, *Dissert.*, vol. V, p. 398.

¹ Resposta d'El-Rei, mandando guardar o Regimento e diminuir o preço do lavramento. Santarem, Doc., vol. II, p. 323. Côrtes de Evora, 1481-1482.

² O da casa do Porto foi dado por D. João II em 1429; o de Lisboa em 1506 por D. Manoel.

³ Carta de Bertolameu Gomes a El-Rei s. d.; era provedor da moeda d'El-Rei D. Duarte a 24 de Março de 1434; foi confirmado por D. Affonso V a 11 de Abril de 1439. Aragão, vol. I, p. 367-369.

⁴ Valendo 10 M. da lei de 12 dinheiros; ou 11 M. da lei de 11 dinheiros; não sendo o ouro em bulhão.

⁵ O documento indica as flutuações anteriores, de muito pouco tempo (annos passados), 760, 770 e 780. As côrtes de Santarem (1435) ainda haviam fixado o preço de 700 r. O marco de prata dourada, nova, lavrada de bastiaes, isto é, artisticamente, custava então 1:000 r. brancos, o que accusa bem o valor da mão de obra, *Dissert.*, vol. V, p. 392.

⁶ Fluctuações anteriores do estanho: 950, 1:000, 1:100, maximo; do cobre: 800, 850, e 900 r.; do chumbo: 360 e 400 r.; do aço: 450 e 500 r.; do ferro: 130 e 140, 150, 160, 180 e 200 r., muitas vezes.

O Quintal de ferro — uma dobra.

Os metaes compostos (estanho, aço, etc.) são, relativamente, os mais caros, como é natural.

O preço dos metaes preciosos foi depois crescendo extraordinariamente, porque as minas do paiz, poucas e mal tratadas, não cobriam senão uma pequenissima parte do consumo. Apesar da alta protecção que os reis sempre dispensaram á industria mineira, nunca ella nos libertou da importação, nem mesmo antes das conquistas, quando o consumo dos metaes foi menor. Os nossos antigos escriptores D. Nunes de Leão, Fr. Francisco Brandão, Severim de Faria, Baptista de Castro ¹ fallam da grande riqueza do paiz em mineraes, e o grande augmento da industria mineira em nossos dias confirma as suas declarações. É porém certo que a exploração se limitava então a um pequenissimo numero de jazigos, e que os processos technicos eram elementares. Os documentos de concessões são raros e não vão além do fim do seculo XIII. De 1279-1325 notamos alguma animação ². A D. Diniz se attribue a organização dos *Adiceiros*, nome dado primeiramente aos mineiros da *Adiça*, mina de ouro entre Almada e Cezimbra. Escriptores dignos de fé fazem remontar os trabalhos da *Adiça* até D. Sancho I (1185-1211). D. Duarte (1433-1338) reformou ³ a companhia dos *Adiceiros* e confirmou-lhe os privilegios, e egual mercê lhe fizeram D. Affonso V e D. João II. De então até D. João III (1521-1556) faltam-nos documentos sobre a producção do metal, o que é para sentir, porque o nome de *Adiceiro* se generalisou logo e envolveu os trabalhadores das outras minas ⁴. A lavra da mina da *Adiça* continuou com mais ou menos actividade até D. Manoel ⁵ e podemos talvez dizer até D. João III ⁶, mas com o ouro da *Adiça* não se fornecia um mercado immenso, como era o de Lisboa. Onde ficavam os outros metaes? O successor de D. Diniz recorreu logo ao *arrendamento* ⁷ das mi-

nas, o que prova o pouco interesse pela industria, que seu pae organisára, e, com certeza, o pouco lucro da corôa. Algumas concessões de D. João II ¹ e as providencias legislativas de D. Affonso V ² e D. Manoel dão prova da attenção que a industria mineira continuou merecendo á corôa, mas o cuidado com que D. João II tratava ao mesmo tempo da exploração da conquista de S. Jorge da Mina, as enormes importações de todo o genero de metaes por D. Manoel ³ e a tenacidade com que D. João III mandava armadas sobre armadas em busca da fabulosa ilha do ouro ⁴, são claros indícios da falta de producção das minas do reino — por impericia ou abandono do trabalho.

Não nos illudamos pois ⁵ com as medidas de D. Manoel em 1516, isentando da siza e decima a extracção dos metaes; com a nomeação de Ayres do Quental ⁶ para Feitor-Mór do ouro, prata, estanho e outros metaes do reino (com a exclusão da Beira), nem com as feitorias de Gil Homem e Gonçalo Privado, que tinham a vigilancia das minas de ouro e estanho da Beira. O grande favor da isenção da siza, e decima (correspondente a 20 p. c.), prova apenas, indirectamente, a falta de actividade nacional, porque um principe que tudo tributava pesadamente, ⁷ apesar das riquezas das conquistas, não cederia de

¹ Cede a Fernão Lopes da Insua as minas de ouro de Almendra, termo e dez leguas em roda, e dispensa-o ainda do tributo por cinco annos.

² *Orden. Affons.*, vol. II, p. 215. *Orden. Man.*, vol. V, p. 294. *Leis extravag.*, p. 680.

³ O *Corpo chronol.* do Archivo Nacional está cheio de documentos ineditos sobre encomendas de metal aos feitores de Flandres. Citaremos para amostra:

Carta do feitor Thomé Lopes a El-Rei sobre a mercadoria do cobre e azougue, de Anvers, a 8 de Maio de 1501. (Marca 1-4-13.)

Carta do mesmo sobre varios carregamentos de cobre, a 26 de Fevereiro de 1513. (1-12-77.)

Carta do mesmo sobre o contracto de cobre em Augsburg, a 18 de Maio de 1515. (1-17-126.)

Carta do feitor Silvestre Nunes sobre a compra de cobre (4000 quintaes!) (Gav. 20-2-9.)

O contracto de que reza a penultima carta foi feito com a celebre casa dos Fugger para a entrega de 50:000 arrobas de cobre em cinco annos, pagaveis em ouro, devendo a casa entregar 10:000 por anno. V. *Arch. art.*, fasc. VI, p. 17; e Goes, *Chronica*. J. P. Ribeiro, *Dissert.*, e o Cardeal Saraiva, *Obras*, vol. IV, trazem indicação d'outros documentos do Arch. Nac. sobre o mesmo assumpto.

⁴ V. as *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto. Na regencia de D. Catharina continuaram as loucas tentativas em busca do «Eldorado», e ainda em 1569, reinando D. Sebastião, se fez a expedição ás minas de Manomotapa.

⁵ Como Rebello da Silva, *Hist. de Port.* vol. IV, p. 477.

⁶ Foi elle que descobriu, segundo Francisco de Hollanda, a mina que deu a barra de ouro para o sceptro de D. João III, cujo desenho foi feito por Antonio de Hollanda (*Da Fabrica*, fol. 40 v.). André de Rezende allude provavelmente a este, quando diz ter visto um sceptro dos reis feito de ouro do Tejo (*De Antiquit. Lusit.*, ed. 1790, vol. I, p. 106). D. Nunes de Leão ainda o viu muitas vezes no seculo XVII. Servia nas Côrtes e na aclamação dos reis (*Descrip. de Portugal*, ed. 1785, p. 78).

⁷ Goes, *Chron.*, Parte I, p. 173; p. III, 265, p. IV, p. 438, 632, etc.

¹ *Mappa de P.*, vol. I, p. 169. Cap. XI. *Dos Minaeraes*, com a indicação das antigas fontes.

² Faculdade regia a Sancho Perez e seus socios para sacar e fazer ferro e aço, pagando certos direitos, 20 de Dezembro, era 1320. *Dissert.*, vol. V, p. 353. Outras concessões a Gil Soariz, Gonçallo Viegas, Miguel Garcia, etc., etc. *Op. cit.*, vol. V, p. 375, 376, etc. Antes porém, em 1259, ha o documento em favor dos monges de Alcobaça (foral de Rio de Moinhos), que se reservavam o direito de explorarem as minas de ferro, que existiam nos seus coutos. Era uma prevenção que indica o principio da industria.

³ Afirmção de Rebello da Silva (vol. IV, p. 475), repetida em O. Guedes (*Apontamentos*, p. 140). Schaffer, *Gesch. v. P.*, que tratou do assumpto, vol. I, p. 312, nada diz com relação a D. Duarte, vol. II, p. 327 e seg.

⁴ *Elucid.* vol. I, p. 35. Por ser esta mina a principal do reino. O. Guedes calcula que havia geralmente (sem precisar data) 44 *adiceiros* em trabalho.

⁵ *Elucid.*, vol. I, p. 35.

⁶ V. a nota sobre Ayres do Quental, abaixo.

⁷ Foram empreiteiros o mercador Affonso Peres do Porto e um italiano Bernardo Fucara. *Mon. Lusit.* Parte V, livro XVI. Ahi mesmo as condições do contracto.

bom grado um favor tão importante. O principio do arrendamento, applicado ás minas, inaugurado por D. Affonso iv, como dissemos, continúa no tempo de D. Manoel, ¹ outro symptoma pouco favoravel. A lei de 17 de Dezembro de 1557 ² não conseguiu animar a industria nacional, apesar de novas isenções, liberdades e privilegios, que Filippe II (1581-1598) confirmou, sem obter melhor resultado.

Na Ordenação de 1472 de D. Affonso v ha ainda uma clausula que muito de proposito deixamos para o fim. É a quarta e ultima que resolve *impor restrições ao commercio dos ourivezes*. O documento affirma que os ourivezes eram a causa do levantamento do preço da prata e do ouro e da falta da moeda; dão mais por ella do que ella vale, porque esperam ganhar a differença com usura, no feitio das obras; não lavram a prata lisa «branca, e chã», como se faz em outros Reinnos mais ricos de prata que os nosos; mas domam a prata, e a lavram de bastiaes, e de cardos, e d'outros labores taes, que de *feitio, e douramento* levam muitas vezes tanto como da prata, a qual cousa he grande despeza, e perda de noso povo, sem necessidade nem proveito alguã. . . »

O documento, sem attender ao valor artistico da mão d'obra, lastima apenas a perda que resulta á nação, porque ninguém quer dar depois a obra para ser desfeita em moeda. Ha aqui razão só em parte, porque a declaração não é absolutamente franca. D. Affonso v, apertado em contínuos apuros de dinheiro, que todo se fundia nas suas guerras com os Reis catholicos, nas correrias d'Africa e nas doações á alta nobreza, lançou mais de uma vez mão do dinheiro dos orphãos e da prata das egrejas e conventos. ³ É claro que da conversão d'ella em moeda resultava um enorme prejuizo, porque se perdia todo o feitio, que devia ser precioso para o artista, mas inutil para o fundidor e principalmente para o devedor. Feito este desconto, não se pode negar que o monarcha tivesse razão, e que as suas medidas fossem rasoaveis. Dizia elle: tenha a prata só alguma pouca obra, sem algum douramento e, para que não haja pretexto para illudir a ordenança, que os ourivezes não possam vender prata alguma lavrada por maior preço do que 1:820 reaes o marco, tirando de feitio e falhas apenas 120 reaes no marco «que he mais do que em outra

algũa parte de taes obras se leva.» Alem d'isso obriga os ditos ourivezes a vender a prata que tiverem pelo dito preço, sem escusarem nunca a venda. O monarcha faz apenas duas concessões: a primeira determina que os ourivezes possam vender a prata dourada e lavrada de maior preço, que tiverem, até fim do anno corrente (1472); desde o 1.º de Janeiro do anno seguinte vigorarão os novos preços, podendo os ourivezes continuar o negocio nas *feiras*, que lhes fôra prohibido. A segunda concessão é feita á arte, tanto como ao interesse commercial do ourives, em condições mui liberaes, permitindo ao artista lavar e dourar para *particulares* em qualquer forma e preço que convenha ás duas partes, recebendo a prata para a encomenda perante o Escrivão da camara do lugar, ¹ e pondo-lhe, depois de concluida a obra, as armas, marca, moto ou nome do proprietario. O ourives que fizer o contrario, que gastar em obra d'esta ordem prata sua, ou fingir encomenda para illudir a lei, perderá todo o valor do objecto e mais vinte cruzados, sendo um terço para o accusador e o restante para a camara regia.

É evidente o alcance da ultima disposição para a historia da ourivesaria portugueza, que ficava sem esses brazões, essas divisas e marcas, privada do melhor guia. O trabalho, por encomenda particular, criava, dado o fausto oriental da cõrte de D. Manoel e o alto valor da mão d'obra — «mais do que em outra algũa parte» — os admiraveis trabalhos que hore possuímos, e que são apenas reliquias.

As clausulas restrictivas da *Ordenação* de D. Affonso v não deviam durar muito. Os capitulos das Cõrtes de Evora (1481-1482) provam que os ourivezes se haviam tornado tão audaciosos como nunca; que haviam levantado a prata quebrada a tão alto preço que cedo valeria o marco 3:000 reaes! Isto dizia-se em 1481 e 1482, quando apenas dez annos antes D. Affonso v julgava ter feito uma equidade, estabelecendo o preço de 1:820 reaes para o mesmo marco de prata! Mas ainda não é tudo. Nas Cõrtes de Lisboa, a 11 de Fevereiro de 1498, D. Manoel levantou, oficialmente, a defeza da *Ordenação* contra os dourados da prata, etc. ² Entramos pois na idade aurea da ourivesaria portugueza, tres annos apenas depois da morte de D. João II.

¹ Em 1516 Ruy Mendes, mercador do Fundão e administrador das feitorias de Goes e Celaviza, figura como rendeiro do estanho, metal mais indispensavel para nós do que o ouro. Em 1510 encarregava El-Rei a João Dalva o descobrimento das minas de vermelhão e mercurio do reino.

² *Synopse*, vol. II, p. 25.

³ Os chronistas dizem que fôra a prata *não sagrada*; a distincção pouco aproveitava á arte. Esta divida, que D. João II pagou em parte, foi só extincta no fim do reinado de D. Manoel! Os Reis catholicos imitaram o exemplo do seu antagonista.

¹ Este tinha de fazer sempre uma escripturação regular d'estas encomendas da classe rica aos artistas. Que preciosa mina de informações não teremos n'esses livros, que nem todos pereceram na loja do merceeiro, ou no meio das nossas discórdias civis!

² Capitulo 47. Item sem embargo de nossa Ordenação e defeza sobre esta feita, porq̃ nesto façamos mercê a nossos naturaes, avemos por bem, e nos praz soltar, e alargar o dourar da prata, e q̃ cada hum o possa mandar fazer sem embargo da dicta def.z.ª. Santarem, *Doc.*, p. 314.

II

Sobre as condições técnicas

A ourivesaria portugueza não nasceu decerto no seculo xv ou xvi¹, mas é incontestavel que attingiu no tempo de D. Manoel e D. João III o seu maior esplendor. O fausto da corte, e da sociedade portugueza em geral, os esplendores do culto religioso e principalmente o habito de ver e comparar productos estranhos de grande valia nas continuas viagens de prelados, embaixadores, feitores, artistas e grandes mercadores, favoreceram extraordinariamente esta arte. As conquistas forneceram a materia prima em grande abundancia, desde a tomada da Mina (1481); o contacto com povos asiaticos, que, em geral, tinham attingido um elevado grau de civilisação (indios, persas, arabes, etc.), a importação de innumerous objectos preciosos revelaram aos artistas nacionaes um mundo novo. As tres condições fundamentaes no objecto d'arte: *materia*, *forma* e *ornamentação*, só enlão foram comprehendidas nas suas reciprocas relações. O primeiro caminho que abriu um novo mundo á importação já o indicámos; a transferencia de artistas nacionaes para as conquistas do Oriente, para os focos de industrias admiraveis que enchiam o paiz de productos novos, deu origem á abertura de novas vias, de novas relações de commercio. A importação pagára-se até alli em moeda; depois saldou-se tambem com os productos de algumas industrias nacionaes, e estas relações entre os artistas portuguezes do Occidente e Oriente exerceram uma grande influencia sobre as artes industriaes em Portugal, como veremos. Não era só o material, a forma, a ornamentação do objecto, que se revelam n'um aspecto completamente novo; uma infinidade de processos technicos, como liga dos metaes, esmaltes, douramentos, a tauxiagem com as suas variantes, etc., foram aprendidos de novo ou resuscitados. O artista oriental, a quem a sua religião prohibira a applicação da figura humana na arte, tinha inventado o arabesco, fundado n'uma combinação inextinguivel de aliás poucas formas geometricas. Os nossos aprenderam o segredo, e, combinando as invenções do Oriente com as creações mais perfeitas do Renascimento crearam as variadissimas formas

¹ Entre as obras d'arte, de data anterior, bastará citar a magnifica cruz chamada de D. Sancho I, da collecção d'El-Rei D. Luiz, com a data m.cc.xiiii. V. *Occidente*, vol. iv, p. 43, e Aragão, *Description*, pag. 124. É de ouro, ornada de pedras preciosas, com ornatos de filigrana e outros gravados a buril. Tem 61 cent. de altura por 35 de largura. Photographia de Laurent. N.º 209. Foi do convento de Santa Cruz de Coimbra. Citaremos ainda um calice de prata dourada, dado pela Rainha D. Dulce, mulher de D. Sancho I ao mosteiro de Alcobaça. Laurent n.º 221.

do *grutesco*. applicado á ourivesaria, com uma liberdade, que degenerou frequentes vezes, em abuso. O *naturalismo*, que se nota em muitos dos productos da ourivesaria nacional e que é o da architectura¹, cujas formas foram para alli transplantadas, sem criterio muitas vezes, foi o resultado d'esse abuso. O artista, não podendo refrear a imaginação, profundamente impressionada pelos mil e um objectos que as náos traziam das conquistas para o Tejo, esqueceu as leis que devem presidir a toda a obra d'arte: a concordancia da forma com o destino do objecto; da forma com o material, da ornamentação com a forma. O artista entregou-se absolutamente á sua inspiração, ao capricho do momento; o seu unico proposito foi: deslumbrar. É claro que só um grande talento podia resistir aos perigos de uma absoluta liberdade artistica. Contribuiu tambem para a rapida decadencia da ourivesaria a falta de um guia seguro, de um compendio da arte. As obras de Juan de Arfe y Villafañe², o Cellini hespanhol, foram impressas só em 1572 e 1585, e nenhuma chegou a ser traduzida³. É possivel, e mesmo provavel, que os nossos artistas as conhecessem e lêssem no idioma hespanhol, mas esse estudo é muito posterior á epoca de florescencia da ourivesaria nacional. Nos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III o ourives portuguez pôde utilizar apenas os elementos que lhe fornecia a importação europeia, as relações com os artistas nacionaes do Oriente e, finalmente, o estudo de alguma estampa, gravura ou desenho, de algum *Ornamentstich*, vindo da Italia e sobretudo da Allemanha. É difficil demonstrar até que ponto os modelos europeus influíram no trabalho da ourivesaria nacional, por dois motivos: primeiro, por não se ter feito ainda uma

¹ Aquelles que não se contentarem com os exemplos de Belem, citaremos as construcções de D. Manoel no convento de Thomar; o ultimo gigante da nave, do lado do claustro dos Filippes está preso com uma cinta de couro e a competente fivella! No portal da igreja matriz de Azurara ha uma ideia semelhante (uma mão dando um nó de corda na volta do arco, no sitio em que ella prende com o capitel). A porta da sacristia do convento de Alcobaça é formada por dois troncos d'arvores florescentes, cujas raizes, perfeitamente caracterisadas, nascem sobre o lagedo da entrada!!

² Escreveu: *Quilador de la plata. oro y piedras*, etc. Valladolid, 1572. 4.º Em varias edições. *Escultor de Oro y Plata*. De varia commensuracion para la Escultura y Architectura. Sevilha, 1585, fol. Tem sido reimpresso até nossos dias em oito edições (1806). V. *Archeol. artist.*, fasc. iv, p. 64. Os estudos de Cellini: *Due Trattati* só foram impressos em Florença em 1568; os de W. Jamitzer: *Insigne ac plane novum opus...* só em 1551 em Nürnberg (nova ed., facsimile de R. Bergau, Berlin, 1869).

³ Convem não confundir o Arfe hespanhol com Affonso Vilhafanhe Guiral e Pacheco, que publicou: *Flor de Arithmetica* necessaria ao uso dos Cambios, e Quilador do ouro, e prata, etc., Lisboa, por Giraldo da Vinha, 1624, 8.º *Bibl. Lusit.*, vol. i, p. 54. Autor omitido por Teixeira de Aragão. Ha um exemplar d'este raro livro na Bibliotheca do Porto, R-7-19.

publicação completa ¹ dos melhores productos nacionaes, ou realisado uma exposição collectiva da ourivesaria portugueza, profana e religiosa em face dos especimens da arte estrangeira, sobretudo da hespanhola, o que seria facil por meio de reproduções ; ² segundo, porque numerosas peças da ourivesaria nacional e entre ellas, algumas das mais notaveis, soffreram modificações, reparos e até mutilações, que desfiguram sensivelmente a idéa primordial do artista. N'esse processo de transformação trabalhou-se ao acaso, e não se recuou mesmo perante as idéas mais absurdas, enxertando-se n'um objecto peças completamente discordantes de outras obras. Não é difficil reconhecer esses productos bastardos, mas é muito mais difficil advinhar, no meio d'esses remendos, a concepção original do artista, e reconstruir o objecto em toda a sua pureza primitiva.

(Continua)

JOAQUIM DE VASCONCELLOS.

SESSÃO SOLEMNE

DA

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS

E

ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

EM

22 de novembro de 1881

Tendo Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando, presidente perpetuo e protector d'esta Associação, designado o dia 22 para serem laureados os dignos socios que haviam prestado relevantes serviços á sciencia da archeologia, bem como á architectura civil, desde a sessão solemne de 2 de maio de 1879, realisou-se effectivamente a dita cerimonia com toda a solemnidade.

O senhor D. Fernando chegou ao museu archeologico, fundado no antigo edificio do Largo do Carmo, onde é a sede da Associação, ás duas horas da tarde, e foi recebido pelos srs.: presidente em exercicio, Possidonio da Silva; vice-presidente, visconde de S. Januario; secretarios, visconde Sanches de Baena e Ernesto da Silva, e mais socios que concorreram a este acto. A' sua chegada foi arvorado o estandarte real no cimo do monumento erguido pelo illustre heroe D. Nuno Alvares Pereira. Sua Magestade teve a bondade de declarar ao presidente, que, não obstante terem chegado a Lisboa, n'aquelle dia, os

principes imperiaes, não quiz faltar ao que havia promettido, mas que não se podia demorar, pois tinha de estar com os augustos viajantes.

El-rei, trazendo ao peito a insignia de nosso consocio, occupou o logar da presidencia e declarou estar aberta a sessão. O sr. visconde Sanches de Baena procedeu á leitura da acta da ultima sessão solemne, na qual se relatava a distribuição que Sua Magestade se dignára fazer, entregando as medalhas de prata aos socios doutor Francisco Antonio Pereira da Costa, Joaquim de Vasconcellos e Gabriel Pereira, pelos seus trabalhos sobre a archeologia; e ao architecto civil o sr. Lucas José dos Santos Pereira, pela direcção da restauração do convento da Batalha.

O sr. presidente Possidonio da Silva leu o relatorio, que em seguida publicámos juntamente com o elogio historico lido tambem pelo socio o sr. Augusto Eugenio de Freitas Cavalleiro e Sousa.

Sua Magestade dignou-se depois entregar os diplomas e as medalhas aos laureados, que recebiam das mãos d'el-rei os diplomas e medalhas apresentadas pelo presidente; declarando-se quaes os importantes serviços que haviam prestado á sciencia e á arte, bem como para o incremento da Associação, a que pertencem. El-rei teceu-lhes elogios pelos seus assinalados serviços, declarando estimar muito ser Elle que lhes entregasse esses merecidos premios. Dignou-se tambem dirigir a palavra ao fundador da Associação, o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, louvando-lhe os seus perseverantes esforços em dar maior lustre á Associação dos architectos e archeologos portuguezes pelos seus trabalhos e publicações archeologicas e artisticas.

Encerrou a sessão eram 3 e meia horas da tarde.

O senhor D. Fernando foi depois examinar os novos objectos adquiridos para o Museu, dando a sua esclarecida opinião ácerca d'elles, e mostrando-se satisfeito por achar mais augmentadas as collecções e com exemplares raros de diversas procedencias.

Retirou-se, sendo acompanhado por todos os socios presentes até ao seu estado, que esperava el-rei no portal do edificio.

Relatorio apresentado na sessão solemne da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em 22 de novembro de 1881, pelo presidente Joaquim Possidonio Narciso da Silva.

SENHOR,

Senhoras e senhores: — Tenho a satisfação de communicar, n'esta sessão solemne, dois factos de summa importancia tanto para o progresso dos estudos archeologicos em Portugal, como para a conservação dos edificios historicos e artisticos nacio-

¹ No fim d'este estudo damos uma lista de todas as produções que conhecemos, em photographia e gravura, tanto de officinas nacionaes como estrangeiras.

² Isto foi escripto em fins de 1879; na primavera de 1881 realisava o *Centro artistico portuense* esta ideia, annunciada n'um programma que foi largamente distribuido em Novembro de 1881. Vide o respectivo catalogo.

naes; factos que no anno findo marcaram nos annaes de nossos trabalhos uma assignalada epoca de engrandecimento scientifico e de fama para esta Real Associação.

O primeiro e mais importante d'esses acontecimentos foi a reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia prehistoricas, que se realisou em Lisboa no mez de setembro de 1880, por occasião do qual esta Associação recebeu dos distinctos archeologos estrangeiros a mais subida prova de consideração, pois todos os membros d'esse congresso e as illustres damas que os acompanharam na scientifica excursão, visitaram, em primeiro lugar, o Museu Archeologico, fundado n'este recinto, e examinaram detidamente as nossas collecções, havendo significado a sua satisfação por terem achado n'este museu já um subsidio de bastante interesse para os estudos da sciencia archeologica, e tecendo-nos elogios pelos nossos esforços. Portanto este sincero testemunho expressado por sabios estrangeiros, sómente preocupados com as suas perseverantes investigações para ampliarem os conhecimentos adquiridos em fecundo estudo, e dissiparem as trevas que envolvem ainda a origem da civilização da humanidade, não o podemos considerar como calculada lisonja, nem estudada adulação, mas sim como mercê do nobre caracter d'esses distinctos estrangeiros que se não moldam a mesquinhas rivalidades, as quaes deslustrariam o sabio, e tornariam ridicula a pessoa que as praticasse.

O segundo facto, igualmente de grande importancia artistica, foi a louvavel deliberação do governo incumbindo a esta Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes o classificar os edificios que deverão ser considerados monumentos nacionaes. Foi preciso attingir quasi o final do seculo XIX para que determinação tão util e necessaria fosse tomada em seria consideração, para não permanecer por mais tempo e com grave desdouro para a nossa civilização o vergonhoso desleixo em que teem estado os edificios historicos e artisticos do paiz; muitos dos quaes mostram apenas as suas venerandas ruinas, porque o correr do tempo e o vandalismo que provém da ignorancia e da negligencia, os tem reduzido ao mais triste aspecto, alterando-lhes a belleza da sua architectura, pois não nos serviu de louvavel exemplo o procedimento das gerações que os mandaram construir, e que sabiam avaliar e respeitar esses testemunhos da nossa historia, do nosso culto e lustre nacionaes.

Parece, pois, que não tem sido infructifero o nosso trabalho de nos occuparmos no desenvolvimento dos estudos archeologicos, e de assignalar o merecimento artistico e a importancia dos edificios do nosso paiz. E devo aqui registrar com ufania, que estes serviços nos têm alcançado dentro e fóra

do paiz elogios e distincções, que deverão incitar-nos a progredir, de harmonia com os fins d'este Instituto, em bem merecer da patria.

Sem duvida o numero dos nossos exemplares prehistoricos tem tido um incremento notavel, pois, desde a ultima sessão solemne, os objectos d'estas collecções pertencentes ás diversas estações da Europa e da America, e outras antiguidades, foram accrescentados com 1:048 exemplares. Não pôde, portanto, ser mais lisonjeira a situação do nosso Museu, sobretudo se nos lembrarmos que estamos ainda ha dezesete annos orphãos de qualquer auxilio nacional, e que unicamente por constantes e excessivos desvelos o temos podido enriquecer com exemplares de outras regiões, muitos dos quaes são preciosos e raros specimens.

Devo tambem, senhores, deixar aqui mencionado um importantissimo descobrimento feito no solo do nosso paiz, que dará fama a Portugal no mundo scientifico, e é ter-se achado em quatro de suas provincias depositos da idade do bronze, em numero superior a trinta machados, apresentando a particularidade de duas azas, no extremo opposto ao gume macisso, e não ôco, para ser encavado, como se vê nos specimens de outras regiões. Este inesperado descobrimento, com tal typo, faz-nos suppôr que uma industria especial nascêra no antigo solo da Lusitania, e que o fabrico d'esses instrumentos teve origem no territorio que actualmente pertence a Portugal. Se a nossa patria outr'ora alcançou nome pelas suas ousadas expedições maritimas, cabe-lhe tambem esta celebridade scientifica de possuir no reino exemplares raros de machados de bronze prehistoricos.

Além dos factos que tenho a honra de relatar, e que nos indicam os progressos archeologicos obtidos recentemente, cumpre-nos tambem registrar o engrandecimento da nossa Associação, pois o vem confirmar os novos e illustres cavalheiros que se teem filiado no nosso gremio. Distinctos sabios estrangeiros, dos paizes mais cultos, continuam a honrar-nos inscrevendo-se nossos consocios.

Não são unicamente as nações mais antigas na sua civilização aquellas em que as damas concorrem com os seus dotes intellectuaes para abrilhantarem os estudos scientificos. Portugal ufana-se em dar esse admiravel exemplo, pois já haviam em 1875 figurado os nomes de oito damas portuguezas no 1.º Congresso dos Orientalistas, reunido em Paris, como igualmente nos fizeram depois a honra de aceitar o convite de se associarem aos nossos estudos archeologicos, cabendo a esta Real Associação a ventura de obter essa lisonjeira distincção. É pois para nós um agradavel dever testemunhar a tão illustres damas o nosso respeitoso acatamento e dar-lhes n'esta solemne reunião um voto de louvor por

tão briosa e patriótica coadjuvação, patenteando por este modo o seu apreço a esta sciencia.

Finalmente, senhores, outro motivo de regosijo para mim, é para vós, é o de ter a Assembléa geral da nossa Associação galardoados alguns insignes consocios pelos seus assignalados serviços nos progressos archeologicos e artisticos, votando-lhes premios não só para dar condigna recompensa ao verdadeiro merito, mas para demonstrar que a Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes se esmera de patentear em actos publicos aos seus benemeritos consocios quão alto avalia os relevantes serviços com que procuram sempre dar impulso e lustre aos nossos trabalhos, dotando tambem as nossas collecções de preciosidades, com o que podemos continuar a engrandecer, em Lisboa, o nosso museu, e a desenvolver este genero de estudos.

Os socios, pois, que vão ser laureados com medalhas de prata e bronze são os srs. :

Ignacio de Vilhena Barbosa ; Visconde de S. Januario ; dr. Francisco Martins Sarmento ; e Cesario Augusto Pinto.

Vão ss. ex.^{as} ter a honra de receber esse premio, aliás justissimo, das mãos do nosso Augusto Presidente Perpetuo e Protector, El-Rei o Senhor D. Fernando, que se dignou de vir presidir a esta sessão para a tornar mais solemne, e nos demonstrar mais uma vez quanto são apreciaveis para sua Magestade estas festas, e quanto lhe é grato animar com a sua approvação todos os actos que possam realçar o nome portuguez.

Queira, portanto, Vossa Magestade aceitar d'esta Associação, e da presenté Assembléa geral, as mais respeitosas e sinceras homenagens pela honra que nos concedeu ; assim como os protestos do nosso profundo reconhecimento pela benevola protecção com que se tem dignado distinguir a Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes.

Concluindo, peço a Vossa Magestade haja de ter a bondade de relevar a ousadia de erguer a minha debil voz em tão notavel sessão, faltando-me os essenciaes recursos para solemnizar devidamente este acto tão honroso, festivo e memoravel. — Disse.

ELOGIO HISTORICO

DOS

Tres Architectos Portuguezes, edificadores do Convento do Carmo

AFFONSO ANNES,

GONÇALO ANNES E RODRIGO ANNES

POR

Augusto Eugenio de Freitas Cavalleiro e Souza

SENHORES ! — Tem sido um reino bastante glorioso o de Portugal.

As paginas da sua historia estão enriquecidas de

factos, que lhe dão um logar honrosissimo e invejavel entre as nações do mundo. Epocas fastigosas contam-se tantas, que se dirá, com sobrada razão, que este pequenino paiz fôra fadado pela Providencia para ser o primeiro dos primeiros, por sua prosperidade, por seus feitos gloriosos e por seu poderio crescente.

Uma d'essas epocas é, incontestavelmente, a que pertence ao reinado do sr. D. João I de Boa Memoria. Notavel com effeito a todos os respeitos, e para tudo lhe ser favoravel, segundo a phrase de um illustre consocio d'esta Real Associação, até as Bellas-Artes a engrandeceram, fazendo construir os dois mais bellos monumentos da architectura ogival, tão notaveis no nosso paiz — a Batalha e o Carmo — e que são outras tantas perduraveis memorias do mais arrojado esforço d'uma nação justamente cioza da sua independencia e autonomia.

Mas porque se ergueram dois edificios religiosos, e não outros quaesquer ? É facil a resposta. O espirito religioso d'aquelle tempo, em que a cruz andava estreitamente unida á espada, devia naturalmente encaminhar, como encaminhou, seus illustres fundadores para edificarem um monumento sagrado que mais se ligava com as ideias dominantes.

D. João I fizera um voto solemne pelo bom exito da batalha que ia ferir-se em Aljubarrota ; D. Nuno Alvares Pereira movido por outro voto identico, em quanto o monarcha fazia construir o maravilhoso mosteiro de N. S. da Victoria, no sitio da Batalha, elle, condestavel do reino, e um dos mais poderosos fidalgos d'então, mandava erigir, em Lisboa, uma outra maravilha, o convento de N. S. do Vencimeton, mais modesta, mas não menos preciosa fabrica.

Sim, senhores ! O companheiro d'armas do rei cavalleiro, o esteio d'uma nacionalidade prestes a ser devorada pelo formidavel Leão de Castella, o firme apoio do throno portuguez, não quiz ser inferior na devoção e no patriotismo ao seu soberano ; e (o que não é menos importante) ambos foram dignamente secundados em seus designios, o primeiro pelos insignes architectos Affonso Domingues e Martin Vasques, portuguezes ; D. Nuno, pelos não menos sabedores irmãos Affonso Annes, Gonçalo Annes e Rodrigo Annes, tambem portuguezes. São estes tres artistas que servem de thema obrigado d'este obscuro trabalho.

Affonso, Gonçalo, e Rodrigo Annes. Tres homens distinctos, tres artistas benemeritos ! Tres nomes honrosamente associados aos venerandos restos da sua monumantal obra ; tres illustres confrades, em fim, da não menos illustre Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, a quem se deve, se não a sua completa restauração,

ao menos o cuidado na conservação de suas preciosas reliquias.

Folheemos as chronicas, consultemos as tradições, estudemos os monumentos, e vêr-se-ha que a nação portugueza, assaz gloriosa por sua origem, não o tem sido menos pelo merito de seus filhos; mas modesta, como todas as entidades, que têm a consciencia de quanto valem, para ahi se tem deixado ficar, digamos assim, como adormecida por tão radiante gloria.

Citámos tres nomes; porém só tres nomes, nada mais!... Embora! Porque recordam honrosamente tres vultos na historia da nossa architectura, que também é honrada na historia patria.

Quem são elles?

Quem!? Mystério! Investigar a sua progenitura fôra inutil. Ninguem o diz; nada falla d'isso. Irmãos, naturaes de Lisboa, eis quanto d'elles se sabe por mais certo e averiguado. Que importa! Nem só os pergaminhos herallicos nobilitam; nobilitam também os grandes talentos, os brilhantes feitos.

E dos tres architectos já é bastante saber-se que são portuguezes, e que honraram a sua patria, dotando-a com uma edificação tal como a de N. S. do Vencimento, templo que se não é magnifico por seu primor architectonico, como é o da Batalha, o de Belem, o de Santa Cruz de Coimbra; se não tem a gigantesca e sombria magestade da basilica de Mafra, tem, comtudo, arrojo de concepção e bellezas artisticas, e foi todo construido por architectos e operarios nacionaes; o que se comprova pelas respectivas marcas gravadas na sua cantaria.

A lenda, que intervem sempre em tudo quanto é maravilhoso, em tudo quanto é grande; não podia deixar de vir associar-se á edificação de um monumento consocio de um dos mais importantes e admiraveis feitos dos portuguezes em prol da sua liberdade ameaçada; monumento do qual disse admirado D. Philippe II de Castella — isto sim, é que é um templo, — e Fr. José de Sant'Anna escreveu com fundado orgulho, que — a admiravel machina da igreja bem podia triumphar, na materia e artificio, dos mais celebrados templos, sendo que cada um dos dez arcos, que a sustentam, é de tanta excellencia, que cada um d'elles bastava para o mais celebrado triumpho; e Lobo, emfim, cantou com elegancia alludindo á

«...capella d'obra extranha e rara»

A lenda refere que, em razão do terreno escolhido para a construção ser bastante falso, se perderam as duas primeiras edificações da mesma capella, (parte a mais elegante de todo o edificio); e se a lenda não quiz encarecer o merecimento artistico dos tres irmãos, e exaltar assim as diffi-

culdades do trabalho, com grande constancia vencidas; não sabemos que melhor poderá fazel-o se não as veneraveis reliquias que ahi existem ainda, apesar dos estragos do tempo e do vandalismo dos homens, que chegaram a fazer d'eltas um immundo deposito de cavallariças e vasadouro do lixo da cidade!

Pois bem! Corramos um véo sobre esse ignobil passado, que por certo não voltará, e glorifiquemos a benemerita associação, que, animada dos maislouvaveis esforços, o obteve, e destinou ao civilizador fim de fundar, como fundou ha 17 annos, em seu recinto, um muzeu archeologico, altamente apreciado hoje por sabios nacionaes, e ainda pelos estrangeiros, que o tem visitado e elogiado, com muita razão; glorifiquemos, senhores, pois que as ruinas do convento do Carmo, pintorescas ruinas — como lhe chama D. Amador de los Rios, são os restos preciosos de um grande e nobilissimo monumento, quer este se considere artistica quer historicamente: artistica, por serem vestigios de uma obra, a mais perfeita entre nós, da architectura gothica; historica, por memorarem o vulto homerico, legendario, do seu fundador o illustre D. Nuno Alvares Pereira, cujo tumulo ahi está guardado como preciosidade grande que é; por consequencia são dignos dos cuidados e atenções do archeologo, e das cogitações philosophicas do historiador.

Não são elles só os destroços da arte d'outros tempos; são igualmente a memoria viva das glorias d'um paiz; são o testemunho da sua civilização.

Emfim, infelizmente são ainda ruinas! Do edificio o sonho dourado do fundador, e de trinta e tres annos de fadigas e vigalias dos seus tres architectos; do templo onde D. Nuno depóz a espada salvadora da monarchia e falleceu frade, vivendo os ultimos annos da sua vida despido das vaidades do mundo e das gallas da grandeza: apenas existem as arcarias entre derrocadas paredes! Ainda assim são um protesto solemne da sciencia de seus edificadores. E aquelle tumulo; em redor do qual todos os annos, na primeira oitava da Paschoa, as mulheres dos cidadãos da capital, acompanhando-se de pandeiros e adufas, dançavam e cantavam, mui devotamente:

Nó melo, digales, nome
Que santo é o conde
O gram condestabre
Nunalves Pereira.
Defendeu Portugal
Com sua bandeira
E com seu pendone.

aquelle tumulo nem já encerra as cinzas do nobre finado. É verdade que o marmoreo sarcophago ahi jaz como memoria de haver guardado o vulto venerando d'este heroe!

Até a procissão instituída por D. João IV em acção de graças por sua feliz aclamação em 1640, e que ia da Sé ao Carmo em signal de veneração á memoria de D. Nuno, deixou de fazer-se; como se os espectáculos commemorativos dos grandes homens fossem cousa para pôr-se de parte qual objecto inútil na existencia politica dos povos!

Muito embora! As ruínas também fallam — diz com razão Benjamin Constant; e estas fallam bem alto. E já agora ninguém olhará mais com indifferença para essas famosas reliquias, que recordam um facto historico de summa importancia para Portugal; e, como edificio, torna-se de todo o ponto notavel por sua fabrica, delineada com grandioso aspecto, singular unidade de formas, e magestoso caracter religioso, em cujo traçado andaram com fino tacto os tres irmãos Annes.

O typo ogival é precisamente o que melhor se identifica com os ritos do christianismo. Aquellas delgadas e altas columnas, aquellas ponteagudas frestas e portaes, aquellas elevadas abobadas, que parecem lançadas no espaço, são como o pensamento do crente que se dirige até aos pés do Creador.

Descrever pois o templo de N. S. do Vencimento equivale a engrandecer o merito dos seus architectos. Vamos fazel-o, cedendo a penna ao já citado consocio, que elegantemente o fez em tempo, n'um opusculo á cerca do muzeu archeologico.

Diz elle: «a parte mais elegante do edificio tem a frontaria para o lado do oriente, como era de razão, porque além de descobrir por esse lado e ser descoberto por grande parte da cidade, era visto e tinha a vista do Tejo.»

«É também a parte da igreja que melhor se conserva é para a qual ninguém poderá olhar com indifferença, por ignorante que seja da historia, e alheio aos sentimentos da arte e da poesia».

«Como a descreve Jorge Cardozo, representa exteriormente uma inexpugnável fortaleza. Está levantada em cinco corpos semi-circulares por entre reforçados pilares de pedra lavrada, que assenta sobre escarpas guarnecidas de ameias em torno pela parte superior. Toda esta machina, (diz-nos o chronista dos carmelitas) tem os seus alicerces no Rocio, porque pela terceira vez, (perdido o trabalho das duas primeiras) ahí fôram lançados um bom salto atraz do valle, (era o chamado Valle Verde,) inviasados com seus degraus, para que não só tivessem a terra que não corresse, mas que, quando as paredes fossem erguidas, não podesse a terra fazer alguma rapasia. Do Rocio subia-se para a egreja por degraus espaçosos até uma escada de pedra lavrada que dava na porta-travessa da igreja, (parte sul.) A porta principal era ao occidente como estava em pratica, n'aquelles tem-

pos. Descia-se para a igreja por treze degraus de marmore.»

Que melhores titulos, senhores, que melhores pergaminhos poderão attestar a genealogia artistica dos irmãos Annes?

Evidentemente as ruínas do Carmo mereciam ter um glorioso fim, e tiveram-n'o, com effeito, graças aos esforços corajosos da benemerita e patriotica Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. «Não podia dar-lhe esta melhor nem mais util destino — diremos ainda, repetindo o judicioso conceito emitido por S. M. I. o Senhor D. Pedro II do Brazil, quando por duas vezes honrou a mesma associação com a sua presença em Portugal. Louvo o pensamento da fundação n'este edificio para a sua installação.»

Salvou por tanto esta associação o monumento de D. Nuno. Salvou-o, conservando-lhe as reliquias, evitando-lhe por mais tempo a vergonha do paiz, pois o tirou d'um esquecimento ingrato e vexatorio, essa memoria da gloriosa batalha d'Aljubarrota; e da heroicidade d'aquelle distincto varão; e fizeram também reviver os nomes de seus distinctos constructores.

A conservação e restauração dos monumentos nacionaes são, com razão, deveres d'um paiz civilizado, ao qual servem de brazões honorificos. São valiosos titulos de nobreza, tanto para as familias como para os povos, a antiguidade da sua origem; são ainda memorias perduraveis dos feitos gloriosos dos nossos maiores, são elementos onde se estuda a historia das artes de um paiz, seguindo-lhe as evoluções do seu progressivo desenvolvimento; e é por isso que todas as nações cultas os apreciam e conservam.

Pois em quanto se não realisar a sua necessaria restauração, de um modo satisfatorio e honroso para o paiz, congratulemo-nos com o que ainda existe de tão memoravel padrão. Dezesete annos são decorridos e o Carmo era apenas um objecto que provocava o esgarço e o nójo do transeunte; d'então para cá, servindo de nucleo ao primeiro muzeu archeologico entre nós, e de estímulo a outros que o hão imitado, tem-se tornado um objecto de consideração e respeito das pessoas cultas e patriotas.

É á digna associação que, por seus dedicados esforços se deve o milagre; milagre, com effeito, se attendermos aos pequenos recursos de que dispõe; mas, boa vontade, essa não lhe falta! E assim é que, se não possuímos um edificio completo da piedade do illustre guerreiro, seu fundador, onde se abrigem suas cinzas, como outr'ora; se de seus preclaros constructores nem se quer existe uma lapide commemorativa; ao menos a obra de D. Nuno, a construcção de Affonso, Gonçalo, e Rodrigo An-

nes, não está de todo perdida e extinta. Algumas pedras erguidas ahi protestam solemnemente contra o olvido de um e de outros; e os manes illustres d'estes varões distinctos, por certo, terão mais de uma vez estremecido de grato jubilo, vendo da celestial mansão como são honrados por seus confrades, unidos em um unico amplexo de nobre dedicação.

Consequentemente as imagens sympathicas do condestavel e dos seus architectos surgem a cada momento, quaes visões graciosas, evocadas ao passado pela perseverança dos benemeritos membros de uma corporação que, a cada momento, está honrando a patria que lhes deu o berço; e foi n'aquelle generoso intuito, e porque, infelizmente, não se poderam descobrir as effigies dos tres illustres architectos portuguezes, a fim de serem seus retratos inaugurados n'esta sessão, como cumpria, que a mesma benemerita corporação determinou fossem

agora seus nomes gravados na fachada principal do edificio, por elles com tanta discrição, talento e saber construido.

É dar realmente, assim, grande testemunho de preito ao reconhecido merito d'aquelles seus benemeritos confrades; é registrar nos annaes da illustrada associação o saber, o talento d'estes dignos artistas, fazendo-os lembrar aos vindouros, e prestando a devida celebridade á sua memoria.

Ainda bem! Se o fundador do templo de N. S. do Vencimento é digno, por seus altos feitos, do monumento que fez construir, não o são menos os artistas que o coadjuvaram n'esse empenho com tão superior mestria.

Não morrem por tanto para a historia das artes os tres architectos portuguezes, quasi esquecidos, Affonso Annes, Gonçalo Annes e Rodrigo Annes, pois ficará perpetuada no bronze e na patria a sua merecida memoria. — Disse.

SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA

MUSEU DE ARCHEOLOGIA DO CARMO

No n.º 47 da 5.ª serie, tomo ix do *Boletim Monumental da Sociedade Francaesa de Archeologia*, que se publicou em outubro de 1881, foi inserido um relatorio de mr. Jules De Laurière, secretario geral d'esta Sociedade e distincto archeologo, tendo por titulo — SOUVENIR ARCHÉOLOGIQUE DU PORTUGAL, 1880 — ; do qual extraimos (capitulo 4.º pag. 633), a seguinte noticia ácerca do Museu de archeologia d'esta Real Associação.

«Mais revenons à Lisbonne, et joignons-nous à la visite que le Congrès va faire au musée archéologique, établi dans l'ancienne église du Carmo.

Les lecteurs du *Bulletin monumental* connaissent depuis longtemps le dévouement de Mr. Le chevalier da Silva pour tous les intérêts de l'art, pour la conservation des monuments historiques et la propagation des études archéologiques en Portugal. Le musée du Carmo, dont il est le conservateur et on peut dire l'intelligente personnification, témoigne éloquemment de ses efforts couronnés de succès pour atteindre le but que se proposait cette fondation. Une visite au Carmo ne pouvait manquer de faire partie du programme du Congrès. Elle a été pour plusieurs des membres qui y prenaient part une occasion de revoir le musée; d'autres y ont pris assurément le désir d'y revenir les jours suivants, et tous ont conservé le meilleur souvenir de la ré-

ception courtoise et brillante que leur avait préparée Mr. da Silva.

Le Musée de l'Association royale des architectes civils et des archéologues portugais (tel est son titre), fondé en 1866, a donné asile à un grand nombre de monuments d'art et d'archéologie de toutes les époques, qui appartiennent à l'histoire du Portugal, sans compter ceux qui sont venus s'y joindre par des liens de parentés fort naturels, de différents pays.

Le local lui-même est un intéressant débris d'architecture du moyen âge. C'est d'abord la triple nef d'une église, reconstruite et inachevée à la suite du tremblement de terre de 1755. Les piliers de cette reconstruction, seuls, ont été relevés, avec leurs arcades et les murs latéraux. Le chœur de la fin du xiv^e siècle a résisté au désastre avec ses voûtes, ainsi que la porte de la façade ouest, élégant spécimen de cette dernière époque. Au point de vue pittoresque, l'ensemble charme le regard et nous ramène, par le souvenir, en France, aux ruines de l'église de Saint-Martin d'Angers qui ont reçu une destination analogue.

Des monuments de l'époque romaine, des cippes, des monuments épigraphiques, des pièces d'architecture et de sculpture de la Renaissance, des fragments de l'art arabe sont déposés dans la nef. Dans cette première série il faut surtout signaler un sarcophage romain, en marbre, fort remarquable par l'originalité de ses bas-reliefs.

Déjà le *Bulletin monumental* de 1873 a publié une note par laquelle Mr. da Silva voulait bien signaler à la Société française d'Archéologie l'existence de ce sarcophage qu'il venait de faire transporter au Carmo.

Ce sarcophage fut découvert en 1790, aux environs d'Alcobaca, et depuis cette époque jusqu'en 1873 il est resté dans une ferme, où il servait d'auge à l'usage des animaux de basse cour.

Dans l'ancien chœur de l'église se trouve le musée proprement dit, à l'abri des intempéries des saisons, du reste peu rigoureuses sous ce beau climat.

Des spécimens d'archéologie préhistorique et de paléontologie, venus des différents points de l'Europe, y sont réunis auprès de ceux du Portugal. Les cavernes des Pyrénées françaises, les cimitières de Marzabotto ont envoyé là un apport considérable. Nous y retrouvons aussi un grand nombre offerts par Mr. le Comte Lair.

L'époque romaine se manifeste encore par la présence de plusieurs monuments épigraphiques. Sur une borne milliaire, nous relevons l'inscription suivante, qui ne figure pas au catalogue du musée à la date de 1876.

IMP. CAE. . .
MARC. AVR. . .
VALERIVS
MAXSIMIANVS
INVICT. AVG
PONTIF. MAX
TRIB. POT. V. . .
CONS IIII PAT
PATR. . . PRO
CON. . .
M. P. . .

Imp (*erator*) Caes (*ar*) Marc(*us*) Aur (*elius*) Maximianus Invict (*us*) Aug (*ustus*) Pontif (*ex*) Max (*imus*) Trib (*unitia*) Pot (*estate*) V Cons (*ul*) IIII Pat (*er*) Patr (*iae*) . . . Procon (*sul*) M. P.

Le texte a cela de remarquable, qu'il donne un exemple de l'abréviation MARC au lieu de M par Marcus. Cette abréviation est tellement rare, si elle n'est pas unique, que Mr. Leon Renver, en publiant cette inscription sur une copie transmise par Mr. da Silva, contestait comme impossible cette manière d'abrégier le mot MARCUS.

Parmi les objets du moyen âge, d'anciens tombeaux de personnages historiques attirent l'attention et donnent d'excellents types de ces sortes de monuments, en usage en Portugal et en Espagne aux xiv et xv siècles. Les coffres rectangulaires, en pierre ou en marbre, comme celui du roi don Fernando 1^{er}, avec couvercle en forme de pyramide basse et tronquée, tirent un puissant effet décora-

tif de la présence, sur leurs faces, d'écussons héraldiques enfermés dans des cadres multilobés. D'autres plus simples, ornés d'écussons, montrent sur leurs couvercles plats, dans l'immobilité de la mort, les graves physionomies des défunts, comme le sarcophage de D. Gonzalez de Sousa, grand commandeur de l'ordre du Christ. Parmi les tombeaux portant les effigies des personnages, il en est un, celui de D. Fernando Sanches, dont la statue est couchée sur le flanc, exemple très rare d'une exception à l'usage consacré avant le xvi siècle de représenter le défunt étendu, le visage tourné vers le ciel. La chevelure partagée sur le front et tombant en ondes souples sur leurs épaules, la barbe raide qui descend en pointe effilée sur la poitrine, ajoutent encore à cette effigie un caractère de curieuse originalité.

Dans une salle voisine, l'art du moyen âge, en orfèvrerie religieuse, en céramique, en sculpture, offre de précieux modèles à l'art moderne, et maints débris d'architecture y ont trouvé un asile protecteur. Là, grâce aux soins de Mr. da Silva, qui a le culte des anciennes et illustres amitiés, les visiteurs peuvent saluer l'image d'Arcisse de Caumont, placée auprès de celles d'autres éminents archéologues, tant nationaux qu'étrangers.

Les indications des provenances, les noms des donateurs suffisent à constater l'empressement avec lequel les amis de l'histoire nationale ont répondu à l'appel qui leur a été fait pour la formation de ce musée. Parmi ces donateurs, nous retrouvons le nom de Mr. le Comte de Marsy, auquel le musée est redevable du don généreux d'une nombreuse série de monnaies de sceaux, tous relatifs à l'histoire du Portugal et dont les originaux sont en France. Mentionnons aussi, une magnifique collection de céramique, offerte par Mr. le Comte Ch. Lair, et composée des types les plus caractéristiques des anciennes fabriques de France et de l'étranger.»

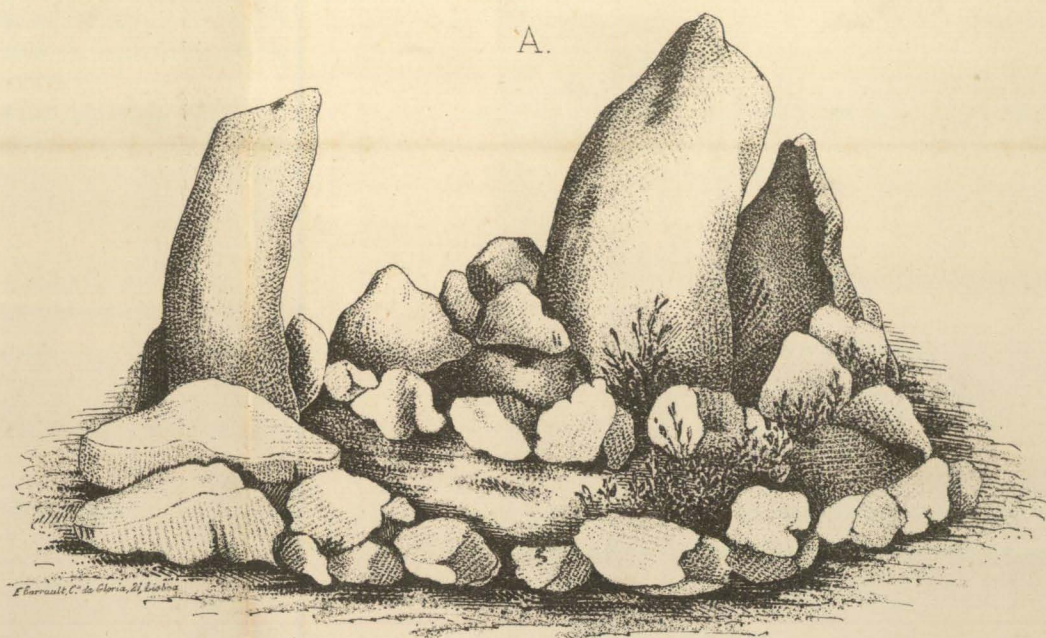
DOLMENS RECENTEMENTE DESCOBERTOS EM PORTUGAL

DESCRIPÇÃO DA ESTAMPA N.º 44

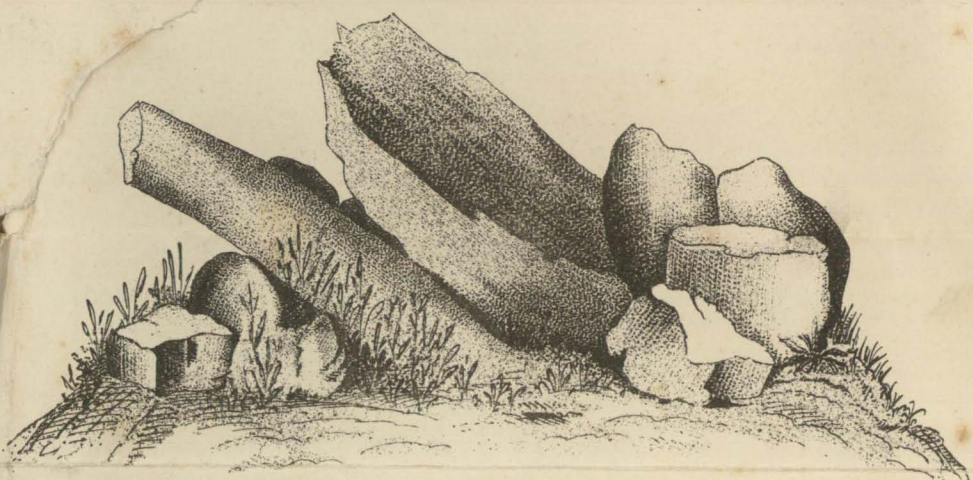
Constava haver sómente no nosso paiz, em 1734, 315 Antas; mas, tendo sido a maior parte demolidas, ficou reduzido o seu numero a 138, as quaes veem designadas na carta dos monumentos megalithicos de Portugal publicada por nós em 1879.

Depois do descobrimento, na Serra d'Ossa, de tres Dolmens pelo nosso consocio o sr Gabriel Pereira, no numero dos quaes ha um com a singular particularidade de ter a pedra da camara um furo, sendo o primeiro que no nosso paiz apresenta essa abertura; ultimamente no districto d'Elvas se fez o descobrimento de mais quatro Dolmens, havendo

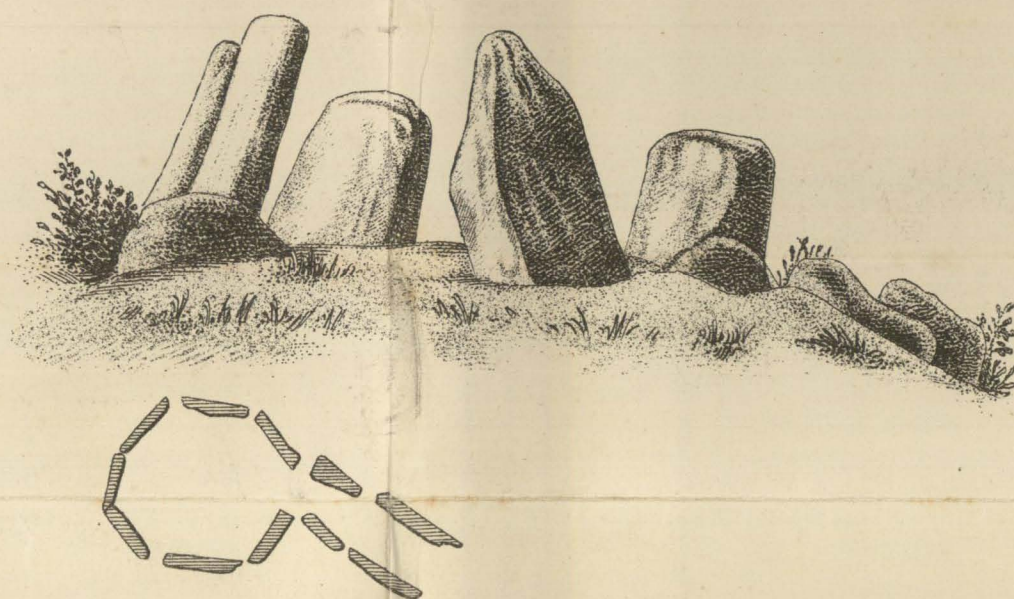
A.



B.



C.



Dolmens A.B. do Districto d'Elvas; e C. Dolmen do Districto d'Evora.

um com galeria, tendo sido os desenhos d'elles offerecidos á nossa Associação pelo consocio o sr. Antonio Thomaz Pires. Este inesperado achado nos dispoz a ir pessoalmente fazer-lhes escavações, afim de augmentar os estudos d'essas construcções prehistoricas.

N'este numero apresentamos a estampa dos dois Dolmens mais importantes, situados a 14 kilometros da cidade d'Elvas, e designados pelos nomes — *Marco das 7 Fontes* e *Pedra d'Anta* — das herdades de S. Rafael e Torre das Arcas: todavia n'este ultimo foi onde se encontrou maior numero de instrumentos de silex, pontas de flexa de perfeito acabamento do typo e tige central, e de extrema pequenez; ossos humanos, outros de animaes, abertos ao comprido; carvão e cinza; e fragmentos de ceramica que tinha servido ao fogo. As dimensões da camara eram, de largura 2 metros, e de fundo 3^m,8.

A pedra da meza tinha 3^m,45 de comprido, e 1^m,85 de largura. A orientação é do Nascente ao Poente.

No principio das escavações, depois de se tirar a terra vegetal que cobria o solo, encontrou-se outra camada com fragmentos de barro romano; e sómente na profundidade de 0^m,92 se encontraram os objectos citados, mas todos postos ao lado sul da camara. Achei tambem n'este Dolmen um objecto de bronze, uma pequena ponta de seta com serrilha; o que faz suppor ter pertencido o Dolmen á epocha de transição da pedra polida ao bronze.

No outro Dolmen, apenas se encontrou um machado de schisto amphibolico.

O terceiro Dolmen d'esta estampa pertence ao districto d'Evora e é conhecido pela Anta de Freixo de Cima, a qual tem galeria, como mostra a planta na estampa; mas este Dolmen já tinha sido explorado.

J. DA SILVA.

CHRONICA DA NOSSA ASSOCIAÇÃO

Em cumprimento da resolução do conselho facultativo se publicam os seguintes officios:

«Ex.^{mo} Sr. — A Meza da Irmandade de S. Pedro da cidade de Guimarães, resolvendo concluir a obra do seu templo ha um seculo interrompida, mas sendo-lhe impossivel executar o risco primitivo por causa do desenvolvimento que desde então até hoje tem tido a cidade, incumbiu ao mui digno engenheiro Joaquim Pereira da Cruz de modificá-lo em harmonia com a obra já feita e condições actuaes da localidade.

Desejando, entretanto, proceder com a circumspecção e escrupulo, que a grandeza e importancia da obra e a responsabilidade da sua gerencia exige, deliberou remetter á illustrada Associação dos Architectos, da qual v. ex.^a é digno presidente, a modificação do risco, acompanhada de um relatorio feito pelo engenheiro, e pede instante e respeitosamente se digne julgar como entender e confirmar com a sua veneranda auctoridade o projecto de modificação. — Deus guarde a v. ex.^a Guimarães, 25 de fevereiro de 1881. — Ex.^{mo} sr. Presidente da Associação dos Architectos. — O juiz, padre *Francisco Xavier de Sousa Carneiro*.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tenho a honra de remetter junto a copia do parecer da Secção de Architectura e a approvação da Assembléa Geral d'esta Real Associação ácerca da consulta que essa benemerita Irmandade solicitou d'esta Associação em 23 de fevereiro do presente anno, sobre o projecto, que acompanhava o seu officio, para a construcção da igreja de S. Pedro d'essa cidade. Depois de se ter examinado attentamente o referido projecto, se concordou nas alterações necessarias, tanto para dar melhor serventia, assim como a precisa solidez; ainda que se poderia dar á fachada uma forma mais caracteristica para um edificio religioso, todavia cingiu-se a Secção á disposição adaptada, fazendo-lhe unica-

mente as alterações convenientes para harmonizar entre si os corpos de que se compõe, e dar-lhes a estabilidade que uma boa construcção exigia.

Muito folgará esta Real Associação de ter podido satisfazer ao pedido que v. ex.^a lhe dirigiu; assim como lhe agradece de a ter consultado em um assumpto que tanto interessa a nossa Arte, e principalmente sendo para um edificio dos mais importantes da sua especialidade. — Deus guarde a V. Ex.^a Sala das Sessões em 21 de junho de 1881. — O Presidente, *Joaquim Possidonio Narciso da Silva*.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em nome da Irmandade de S. Pedro d'esta cidade, a que tenho a honra de presidir, agradeço a v. ex.^a e á Real Associação dos Architectos Portuguezes, da qual v. ex.^a é dignissimo Presidente e fundador, os relevantes serviços, que a esta corporação acabam de prestar.

Pelo parecer da secção de architectura, que acompanhava a apreciavel carta de v. ex.^a, reconhecemos, que a nossa consulta mereceu a essa Real Associação as mais serias attentções. As alterações indicadas parecem-nos do maior interesse; todavia temos grande difficuldade em as realisar, porque o architecto, que tirou a planta, infelizmente já não existe, e hoje não é facil encontrar aqui pessoa competente para dirigir este trabalho. Julgavamos pois de grande vantagem incumbir a Real Associação dos architectos de tirar uma nova planta, observando as alterações indicadas; porém como os recursos da irmandade são limitadissimos, receamos que nos falem meios para remunerar convenientemente tão importante trabalho. Ainda assim, se a v. ex.^a não for muito penoso participar-me, com a possivel brevidade, por quanto poderá ficar uma planta nas condições requeridas. n'isso muito me obsequiará, e a irmandade de S. Pedro de Guimarães terá mais um titulo para confessar sua profunda e sincera gratidão aos relevantes serviços, que v. ex.^a e a Real Associação dos Architectos Portuguezes generosamente se dignam dispensar-lhe. — Deus guarde a v. ex.^a — Guimarães e sala das sessões 26 de junho de 1881. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. *Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Fundador e Presidente da As-

sociação dos Architectos. — O Juiz da Irmandade de S. Pedro, padre *Francisco Xavier de Souza Carneiro*.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Recebi a presada carta de v. ex.^a, assim como os desenhos com as alterações, que a Real Associação dos Architectos Portuguezes se dignou fazer no projecto apresentado, para se levar a effeito a edificação da igreja de S. Pedro d'esta cidade.

Sinceramente penhorado, em nome da Meza da Irmandade de S. Pedro, á qual tenho a honra de presidir, agradeço a v. ex.^a e a essa Real Associação seus relevantes serviços, e ao mesmo tempo participo a v. ex.^a, que esta corporação, não obstante suas circumstancias financeiras serem as mais criticas, tendo em consideração os desejos da Real Associação dos Architectos, houve por bem offerecer á viuva do engenheiro Cruz, a titulo de retribuição pelas alterações feitas, a quantia de quarenta e cinco mil réis, como consta do recibo incluso.

A Meza da Irmandade de S. Pedro sentindo não poder ser mais generosa, apresenta a v. ex.^a e a essa Real Associação os protestos do seu cordial reconhecimento. — Deus guarde a v. ex.^a Guimarães e salla das sessões 14 de setembro de 1881. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Real Associação dos Architectos Portuguezes. — O Juiz da Irmandade de S. Pedro, *Francisco Xavier de Souza Carneiro*.

Documento a que se refere o officio supra :

«Recebi do Juiz e Mezaríos da Irmandade de S. Pedro da cidade de Guimarães a quantia de quarenta e cinco mil réis que me entregam por ordem da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes, como retribuição pelas alterações e novos desenhos do risco da igreja d'aquella Irmandade, feitos pela mesma Real Associação.

Passei outro de igual theor e data; e só um valerá. Braga, 27 de agosto de 1881.

Emilia Adelaide Bastos Cruz.

No *Diario de Noticias* de 6 de outubro lêmos o seguinte :

ARCHEOLOGIA

«O sr. dr. Hubner, illustre epigraphista e professor da universidade de Berlim, já esteve em Lisboa por 1860 ou 1861, no tempo de el-rei D. Pedro V, de saudosissima memoria. Tinha então descoberto o sr. Possidonio da Silva, em suas interessantes investigações archeologicas pelo paiz, um alto relevo romano, que offerecera a sua magestado. O sr. Hubner conseguiu de el-rei D. Pedro V que lhe mandasse dar uma copia de tal preciosidade escultural, e taes diligencias depois empregou o illustre professor allemão, declarando que nunca vira outro specimen assim nem em Hespanha nem em Portugal, que aquelle mallogrado soberano lhe deu por fim o alto relevo, que passou a figurar no rico museu da arte antiga em Berlim.

Quando o sr. Hubner veio agora novamente a Lisboa, depois da sua digressão artistica e scientifica pelas provincias do norte, procurou o sr. Possidonio da Silva, que em tempo lhe fôra apresentado pelo visconde da Carreira, e quiz vêr e examinar detidamente os objectos mais curiosos existentes no museu archeologico do Carmo, e ahi tirou copia das inscrições de dois cippos e de dois marcos miliarios.

O sr. Hubner disse que, na Allemanha, não se conhecia senão o *Boletim de architectura e archeologia* da associação dos architectos portuguezes, a qual publicação era no seu genero muito apreciavel e unica em Portugal. D'ella existiam collecções em duas bibliothecas publicas da Allemanha, sendo uma a do instituto de archeologia de Berlim.»

NECROLOGIA

FRANCISCO JOSÉ D'ALMEIDA

Mais um ente deixou d'existir!... É a sorte commum da Humanidade!...

Registrar o obito de Francisco José d'Almeida, um dos mais antigos e dignos socios da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes, não é sómente lamentar a perda de um dos nossos distinctos consocios, nem tam pouco chorar a morte de um dos nossos semelhantes; é sobretudo tributar á sua memoria uma merecida homenagem pelo seu nobre character, pela cultura de sua intelligencia, pelos relevantes serviços prestados á sua patria como liberal convicto, pelas suas qualidades como homem probo e philanthropico, como amigo sincero, leal, e dedicado.

Depois de ter completado com distincção o curso da aula do commercio, exerceu um logar na contadoria do Real Erario em 1827, sempre pontual nas suas obrigações, servindo com maximo zelo, merecendo justamente repetidos elogios dos seus chefes, pelo exemplar desempenho dos seus deveres como empregado.

Deveu aos seus sentimentos liberaes o ser encarcerado em prisão — segredo — em 1830, podendo conseguir a liberdade depois de quatro mezes de reclusão, onde soffreu as maiores privações.

Com grande risco de perder a vida coadjuvou a sahida dos voluntarios liberaes de Lisboa, para se reunirem aos briosos defensores da cidade do Porto.

Tomou uma parte muito activa como militar na lucta em prol do systema constitucional em 1833, e pelo seu denodo e dedicação, foi nomeado official do 4.º batalhão movel.

Havendo sido mandado encorporar-se ás forças liberaes do Sul do Tejo, ficou prisioneiro depois do ataque em Alcacer do Sal, sendo o unico official que escapou a ser fuzilado pelo partido contrario, como aconteceu aos seus 26 camaradas, barbaramente assassinados em massa até perecer o ultimo!!!... Arrostando grandes perigos, poudo salvar-se apezar de gravemente ferido, e chegou a Lisboa descalço, quasi nu, morto de fome e fadiga! Apenas restabelecido, foi servir com a sua companhia nas linhas da capital, defendendo com grande arrojo e acerto um posto importante em Campolide, merecendo, pelos seus repetidos actos de coragem, ser elogiado em Ordem do dia do exercito, e ser condecorado com o habito da Torre Espada, do valôr, lealdade e merito.

Perdeu o logar que exercia como zeloso empregado publico, porque um dos muitos *expertos* d'aquelle tempo aproveitou-se da ausencia d'este brioso patriota, para colher para si a recompensa, só devida a quem a tinha conquistado com os seus gloriosos feitos, e penosos sacrificios.—Condemnavel procedimento da Nação em renunciar as mais das vezes os valiosos serviços prestados ao paiz unicamente com ingratidão e esquecimento!

O seu genio emprehendedor e laborioso decidiu-o a tomar o encargo da direcção de um estabelecimento de productos chimicos, patenteando distinctamente n'este exercicio os seus conhecimentos scientificos.

Pela consideração que merecia a sua familia, e pelas suas qualidades pessoaes, frequentava a sociedade escolhida da capital, tomando parte em muitas das suas digressões campestres; nas representações em theatros particulares, nos bailes das Assembléas, e mui principalmente nas magnificas funcções com que o opulento conde de Farrobo costumava obsequiar os seus escolhidos convidados; onde o seu apurado bom gosto, e superiores dotes artisticos faziam ostentar o mais esmerado conjunto do bello, do elegante, do precioso; alli tambem o sr. Almeida que privava com o illustrado conde, tomava parte nas disposições d'estas festas grandiosas.

Este nosso chorado consocio era sollicitado pelos seus amigos para fundações de Sociédades recreativas, tendo sido fundador da Assembléa lisbonense no palacio da Horta Secca, do theatro de armadores no palacio dos dois mirantes, na rua do Prior, etc., pois o seu genio folgazão e maneiras delicadas e distinctas captivavam as pessoas, e grangeavam-lhe a merecida estima de quem o conhecia.

Foi um dos primeiros socios da nossa Associação, á qual prestou os mais obsequiosos e uteis serviços.

Fez prelecções sobre chimica, ás quaes concorreram além de professores d'esta sciencia, muitas damas e cavalheiros, recebendo merecidos e geraes applausos dos ouvintes.

Trabalhador infatigavel, nunca se poupou a coadjuvar com afan a nossa Associação em tudo que tendesse para o seu engrandecimento, já concorrendo ás reuniões do Conselho Facultativo e da Assembléa geral, já fazendo parte de diversas commissões das quaes muitas vezes foi relator, auxiliando o trabalho da collocação dos objectos para exposição, classificando as amostras dos materiaes de construcção do paiz, finalmente tomando parte na redacção do boletim da nossa Sociedade.

O seu bondoso coração e a sua exemplar philanthropia dispunham-n'o sempre a concorrer para beneficiar os necessitados, e proteger o ensino da infancia desvalida; foi portanto director do Albergue dos invalidos do trabalho, sendo um dos mais sollicitos em beneficial-os, não só no desempenho do seu cargo, como em sollicitar elle mesmo, ás portas dos Templos o óbolo caritativo que deveria augmentar os recursos para dar amparo a maior numero d'operarios invalidos; acto de extrema caridade que ennobrece quem tem a virtude de o praticar. Sabia avaliar quanto é salutifera a instrucção e que sem ella a civilisação não poderá progredir, nem os povos poderão obter os melhoramentos do seu bem estar; e por isso emprehendeu melhorar as condições da escola asylo de S. Pedro em Alcantara, d'onde foi um dos principaes directores, promovendo o desenvolvimento do estudo, e seguindo na disposição interna da casa os preceitos hygienicos aconselhados na edificação das aulas modernas, merecendo do governo elogios por obra tam civilisadora. Portanto o sr. Almeida não se empregava unicamente em satisfazer os frivolos passatempos da vida; a sua alma bem formada vizava ás mais elevadas e uteis acções, desvelando-se em melhorar as privações da velhice infeliz, concorrendo para instruir a infancia desvalida. Bastaria só um d'estes importantes serviços para merecer os emboras dos philanthropicos, e o reconhecimento de todos que prezam a virtude. Homens que durante a sua existencia curam de tam valiosos interesses sociaes não poderão vir a ser olvidados dos vindouros, nem deverão ser esquecidos dos seus contemporaneos. Possuindo estes exemplares sentimentos, não poderia esquecer-se de contribuir com as suas faculdades intellectuaes para derramar nas classes menos cultas os meios faceis de se instruirem na historia da sua nação, no conhecimento das bellezas das artes, no itinerario proveitoso de viajarem no seu paiz; publicou diversos opusculos illustrados, descrevendo os monumentos, noticiando os factos historicos mais interessantes de Por-

tugal: e ainda que este trabalho não revele uma elevada erudição, nem por isso deixa de ser de muito proveito para instrução do vulgo, robustecendo-lhe o seu patriotismo, e alargando-lhe os seus conhecimentos. Não tem menos valor uma outra publicação que tem por título *Apontamentos da vida de um homem obscuro, escriptos por elle mesmo* (Primeira parte), onde, sem pretensão d'estylo, elle relata factos, não só da sua vida, como dos mais importantes movimentos politicos da nação; expondo-os com a maxima imparcialidade e criterio; onde apparecem tambem os vultos politicos mais salientes com as suas boas qualidades e defeitos, que figuraram nos negocios publicos desde 1833 a 1839. É mui curiosa e attrahente a leitura d'esta obra, de que não é excluido o seu conto humoristico, que mais faz realçar o interessante da narração: pena será que a segunda parte, que o finado deixou em manuscrito, não venha a ser publicada.

Um outro trabalho scientifico e historico, que mesmo causa surpresa ter Francisco José d'Almeida ousado compôr, por pertencer a um ramo de sciencia muito alheio aos estudos e occupações a que se applicava, é uma volumosa obra inedita sobre heraldica.

Este importante trabalho, um dos mais completos no seu genero em Portugal, fructo de tenaz applicação, e de serios estudos, em que empregava todos os momentos que lhe sobejavam dos seus muitos affazeres, em que dispendeu annos desenhando e colorindo os brazões, e fazendo as descripções genealogicas dos nobres de Portugal; mereceu um honroso documento de louvor passado pela mordomia da Casa Real que apreciou devidamente o merecimento e utilidade d'esta obra a ponto de a considerar digna de ser mandada publicar a expensas do Governo: não foi feliz comtudo o nosso chorado consocio, apesar da informação favoravel da repartição competente, porque se julgou mais acertado repellir que proteger.— Allegaram ser cousa presentemente dispensavel — como se a moda devesse influir na apreciação de qualquer trabalho scientifico para ser rejeitado como inutil, quando aliás deveria ser sollicitado como indispensavel. Encontrou porém digna acceitação junto do illustrado e distincto auctor do Archivo-Heraldico-Genealogico, o nobre visconde de Sanches de Baena, que propoz ao sr. Almeida completar esta sua obra, cedendo-lhe todos os proventos das assignaturas que já possuia: infelizmente não poudo o sr. Almeida utilizar-se de tão bizarra generosidade.

Lamentar-se-hia decerto o nosso finado amigo por só ter merecido desprezo pela parte do Governo: e consideraria quão precario é no nosso paiz dedicar-se a quem a obras de tal magnitude, se por infelicidade não houver um influente que queira ostentar de Mecenás, recommendando a obra ao Ministro; imperfeita que fosse seria deferida a pretensão — o que prova não ser ao merecimento que se concede as mais das vezes protecção, mas sim ao vulto poderoso cuja vontade póde mais que a justiça!

A sua vida attribulada e a sua constante tarefa, para poder satisfazer aos inherentes encargos de chefe de familia, debilitaram as suas forças e aggravaram os seus padecimentos; anemico, cheio de soffrimentos, e desgostos succumbiu pelas 3 horas da tarde de 8 de outubro de 1881, contando 71 annos d'idade.

O seu sahimento não foi concorrido, como é costume acontecer aos felizes do mundo! não obstante pertencer á Sociedade do 1.º de Dezembro, á Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes; á antiga direcção do Albergue dos Invalidos do Trabalho; á Sociedade de Geographia, ao Gr.º. Or.º. Lusitano, ter sido presidente e um dos fundadores da Associação dos Veteranos da Liberdade! Se dez albergados não comparecessem no cemiterio, não haveria quem conduzisse o feretro ao jazigo!!! Pobre Almeida! Desventurado amigo! De que te serviu a tua laboriosa vida? Para que te desvelaste em amparar o infortunio, e dares luz ao entendimento da infancia desvalida? Que fructo tiraste das tuas incessantes lucubrações litterarias e scientificas? Que te valeu pugnar pela liberdade do teu paiz, expondo a vida e soffrendo tormentosos trabalhos? De nada!!! porque o indifferentismo d'este seculo, em que só domina o egoismo, desprezou os teus patrioticos esforços; porque a elevação da tua alma generosa era superior ás demonstrações hypocritas de vãs adulações; porque o teu espirito superior desprezava as fingidas lisonjas com que te festejavam, quando precisavam do teu prestimo, da tua coragem, do teu patriotismo. Vergonhoso esquecimento! Condemnavel ingratição!

Tiveste comtudo um tributo honroso de veneração, quando os teus despojos mortaes foram sepultados, vendo-se innocentes creancinhas com a sinceridade d'um coração puro cercarem com tristeza o teu feretro... bem como os invalidos do trabalho, ignorantes dos artificios no trato, darem-te o testemunho espontaneo dos seus sentimentos agradecidos, pois não obstante a sua avançada idade, e ser grande a distancia que separava a capella do jazigo, não consentiram em ser substituidos no transito, querendo tributar até ao ultimo momento a um dos seus mais fervorosos bemfeitores quanto era profundo e sincero o seu reconhecimento. Não foi, portanto, estrondoso nem luzido o teu funeral, chorado Almeida, mas os que a elle concorreram eram teus verdadeiros e saudosos amigos.

J. P. N. DA SILVA.